

OS DESAFIOS DO ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA EM DIÁLOGO COM A CULTURA INDÍGENA

THE CHALLENGES OF ACCESS AND RETENTION IN DISTANCE HIGHER EDUCATION IN DIALOGUE WITH INDIGENOUS CULTURE

Resumo. O texto discute a inclusão de estudantes indígenas no ensino superior e os desafios enfrentados. Baseado no projeto "Diálogos Interculturais Aldeia Pindoty - Ilha da Cotinga" no Paraná, o estudo analisa ações para promover acesso e permanência. Destaca a importância de políticas institucionais de diversidade étnico-racial, como bolsas de estudo e disciplinas sobre relações étnico-raciais. A pesquisa conclui que adaptar metodologias, valorizando conhecimentos ancestrais e cultura, é crucial para garantir aprendizagem significativa e permanência dos estudantes.

Palavras-chave: Povos indígenas; Inclusão; Diversidade étnico-racial; Ensino a distância.

Abstract. The text discusses the inclusion of indigenous students in higher education and the challenges faced. Based on the project "Intercultural Dialogues Aldeia Pindoty - Ilha da Cotinga" in Paraná, the study analyzes actions to promote access and retention. It highlights the importance of institutional policies on ethnic-racial diversity, such as scholarships and courses on ethnic-racial relations. The research concludes that adapting methodologies, valuing ancestral knowledge and culture, is crucial to ensure meaningful learning and student retention.

Keywords: Indigenous Peoples; Inclusion; Ethnic-Racial Diversity; Distance Education.

1 Introdução

Em um mundo cada vez mais globalizado que insiste nas diversas formas de competitividade e na ânsia de não ficar na obsolescência, criam-se formatos tecnológicos de acesso ao conhecimento, principalmente no âmbito da educação. É importante refletir sobre a forma como a educação superior é compreendida e valorizada pela população indígena e como as instituições de ensino superior, as IES, se organizam para tornar possível e exitosa essa experiência.

Diante dessa globalização, que impulsiona a busca por novos conhecimentos e habilidades, a educação superior torna-se um bem cada vez mais valorizado. Nesse contexto, é necessário considerar a importância de incluir as perspectivas e os conhecimentos dos povos indígenas no ensino superior. As instituições de ensino superior devem promover a diversidade cultural e criar espaços para que esses estudantes indígenas possam compartilhar seus saberes e experiências.

Para isso, é importante ampliar os espaços de debates críticos-reflexivos para a participação ativa dos povos originários no âmbito da educação superior. Se de um lado, sabe-se que os povos indígenas têm sua base cultural e de vida na ancestralidade e na escuta da natureza (Baniwa, 2021), de outro, é latente a necessidade dessas comunidades adentrarem nos espaços acadêmicos e científicos de discussões no âmbito da educação. Mesmo porque para essas populações o acesso ao ensino superior não se reduz a um aspecto da formação social, mas também uma estratégia de resistência-resiliência para perpetuar o que eles concebem por ancestralidade.

De acordo com a liderança indígena Sônia Guajajara (2023) "a ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é coletivo" e toda a comunidade é responsável pela construção sujeito indígena. Todavia, a contemporaneidade exige das comunidades indígenas um se lançar mais longe, em outras culturas, em outros espaços, em outras plataformas de saberes para que desta maneira, todo arcabouço intelectual indígena não finde em si mesmo.

Chegar ao ensino superior ainda é uma realidade muito distante para grande parte das comunidades indígenas do Brasil. Muito desse distanciamento se dá pelas limitações geográfica,

linguística, cultural e econômica. Para adentrar às instituições de ensino superior muitos indígenas deixam seus territórios, famílias e se “aventuram” nos espaços urbanos e acadêmicos, com normas cristalizadas e pouca flexibilização curricular.

Todavia, a flexibilidade que propõe a educação à distância começa a ser também para as comunidades indígenas alternativas imperativas para o acesso ao ensino superior. Na obra “O lugar do saber” de Márcia Wayna Kambeba (2020), a autora traz reflexões que para as populações indígenas não se aprende somente na escola, mas em diversos contextos, experiências e espaços formativos em que aquele que está em processo de aprendizado se sinta bem. O “se sentir bem” na compreensão indígena é permitir que o sujeito seja de fato quem ele é, sem medo ou vergonha de ser indígena, ser autônomo no processo e compreendido no seu tempo. Nessa perspectiva, podemos dizer que a EaD também é, e vem se tornando cada vez mais, o “lugar do saber” para muitos indígenas.

Mas para isso, as instituições EaD precisam se predispor a desafios, estar abertas a novos conhecimentos e flexíveis a mudanças, adaptações necessárias, acima de tudo estar conscientes de que trabalhar com um público culturalmente “novo” exige estar predisposto a ouvir, aprender, repreender e ressignificar vivências, ensinamentos e aprendizados. De igual modo, o Estado também precisa assistir essas populações, com a garantia dos direitos aos bens essenciais, como energia elétrica, internet, letramento digital, entre outros

Diante do exposto, apresenta-se o projeto “Diálogos Interculturais na Aldeia Pindoty”, cuja experiência parte de uma instituição de ensino superior de cunho privado, que objetiva a implementação de política voltada para comunidade indígena do Paraná no intuito de oferecer bolsa de estudo para a comunidade da Ilha da Catinga, em Paranaguá. Além das práticas exitosas vivenciadas no projeto também são abordadas as dificuldades enfrentadas no processo de permanência dos estudantes.

A proposta inicial foi formulada e demandou a implementação de uma política institucional de diversidade étnico-racial em uma instituição de ensino superior no estado do Paraná, visando a inclusão e a qualidade da formação dos estudantes indígenas e afro-brasileiros. Para analisar o impacto da política institucional de diversidade, é essencial considerar diversos objetivos específicos. Primeiramente, é necessário investigar as ações desenvolvidas pela instituição de ensino desde 2021 para consolidar a política de diversidade étnico-racial. Essas ações incluem iniciativas e programas que visam promover a inclusão e a equidade dentro da instituição. Ademais, é fundamental avaliar a eficácia da disciplina de Relações Étnico-Raciais Africana, Afro-brasileira e Indígena na formação dos discentes. Esta disciplina desempenha um papel crucial para o conhecimento, reconhecimento, sensibilização e educação dos estudantes sobre as questões étnico-raciais, contribuindo para uma formação mais completa e consciente.

É necessário analisar a implementação e os resultados do Programa de Diversidade Racial, que inclui a concessão de bolsas de estudo para estudantes pretos, pardos e indígenas. Este programa é uma ferramenta que possibilita a promoção da equidade de oportunidades e apoio a permanência desses estudantes no ensino superior.

De igual forma, é importante estudar o desenvolvimento e os efeitos do projeto com os moradores indígenas da Ilha da Catinga, bem como a atuação do Grupo de Trabalho “Diálogos Interculturais”. Este grupo, formado por docentes da instituição de ensino, devidamente capacitados com cursos de heteroidentificação, com formações continuadas a respeito da temática da educação étnico-racial, e que conta com professores indígenas e negros reforçando o lugar de fala e ensino, desempenha um papel significativo na promoção do diálogo e da compreensão intercultural, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e respeitoso. A

OS DESAFIOS DO ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA EM DIÁLOGO COM A CULTURA INDÍGENA

THE CHALLENGES OF ACCESS AND RETENTION IN DISTANCE HIGHER EDUCATION IN DIALOGUE WITH INDIGENOUS CULTURE

abrangência destas iniciativas detalhada no impacto da política institucional de diversidade, permite identificar avanços, desafios e áreas que necessitam de melhorias contínuas.

A partir destas propostas, o projeto que oferta bolsas de estudo para os integrantes da comunidade Mbyá Guarani da Ilha da Cotinga é uma possibilidade de inclusão, acesso e permanência no espaço educacional.

2. Resultado e Discussões

No mundo contemporâneo, a conectividade global é um elemento paradoxal, ao mesmo tempo promotor de inclusão e exclusão. Apesar do amplo acesso à informação, as barreiras tecnológicas, econômicas e sociais mantêm desigualdades. A realidade da comunidade Mbyá Guarani, na comunidade Pindoty é um exemplo emblemático. Embora possuam acesso básico a recursos como placas solares e computadores, enfrentam interrupções frequentes de energia e acesso à internet, comprometendo o uso pleno de ferramentas que poderiam enriquecer o processo educacional. Esse cenário exige políticas públicas eficazes para a promoção de uma conectividade inclusiva no ensino à distância (EAD), considerando que o acesso à educação superior é um direito que deve ser garantido a todos, independentemente de sua origem social ou localização geográfica (BONETI; GISI; FILIPAK, 2013).

Além disso, o direito constitucional à educação, embora garantido pela legislação, não é plenamente assegurado em territórios como a Ilha da Catinga. A realidade demonstra que o acesso à educação não depende apenas de políticas formais, mas também de infraestrutura adequada e ações específicas que atendam às singularidades das comunidades. A experiência relatada ressalta a importância de estratégias pedagógicas adaptadas, como materiais impressos, aulas gravadas e cronogramas personalizados, para superar os obstáculos impostos pelas limitações tecnológicas. Esse contexto desafia educadores e gestores a refletirem sobre práticas inclusivas e inovadoras, capazes de transformar a educação em um instrumento efetivo de equidade e desenvolvimento social.

O conceito de "acesso" à educação, apesar de constitucionalmente assegurado, é complexo e envolve diferentes interpretações e desafios práticos. A Constituição Federal de 1988 garante o acesso à educação básica de forma obrigatória e gratuita, como previsto nos artigos 205 e 206, com o princípio da igualdade de condições para ingresso e permanência na escola. Entretanto, o cenário educacional brasileiro ainda é marcado por desigualdades regionais e sociais, que dificultam a universalização desse direito, especialmente no ensino superior. Políticas como o ProUni tentam atenuar essa exclusão, oferecendo bolsas de estudo para estudantes de baixa renda, mas não resolvem a ausência de gratuidade e universalização previstas na educação básica. Considerando a importância de agir para além do acesso, se faz necessário garantir as práticas exitosas que visam a permanência dos atores envolvidos. Segundo Marçal e Lima:

A garantia de acesso ao ensino superior, por meio de políticas públicas de ações afirmativas, a grupos que por muito tempo foram excluídos desse espaço, sem dúvida foi um considerável avanço na luta por um país mais democrático e igualitário. No entanto, é necessário haver uma consciência de que a política não deve se restringir ao acesso, mas deve se expandir ao oferecimento de subsídios de permanência - e esta deve ser necessária uma análise cuidadosa

de quais as dificuldades encontradas para que tal permanência possa ser vitoriosa (Marçal; Lima, 2015 ,p.84).

No contexto da Terra Indígena Pindoty, na Ilha da Cotinga, a iniciativa de garantir o acesso educacional ao povo Mbyá Guarani por meio de bolsas de estudo e atendimento diferenciado, representa um esforço para superar diferentes barreiras estruturais e sociais. O atendimento personalizado, aliado a diferentes estratégias para o acesso ao conteúdo disciplinar dos cursos, como a entrega de materiais impressos e aulas gravadas para acesso sem internet, busca respeitar as necessidades e limitações da comunidade, como a oscilação de energia e conectividade à internet, já mencionadas anteriormente. Além de proporcionar uma educação mais inclusiva, essa abordagem promove a integração entre os conteúdos teóricos e a realidade local, valorizando a cultura indígena e fortalecendo o desenvolvimento educacional e social desses povos originários, historicamente preteridos. Importante mencionar ainda que, a valorização da cultura indígena é priorizada no desenvolvimento das atividades práticas, sempre voltadas ao desenvolvimento e aplicação na própria comunidade.

O acesso ao ensino superior é apenas o primeiro passo para garantir a democratização da educação, sendo a permanência dos estudantes um desafio igualmente relevante, inclusive os indígenas atendidos. Mesmo com toda a adaptação realizada e adequação ao calendário acadêmico e atendimento, a evasão universitária ocorre, associada a múltiplos fatores. A estrutura curricular, que muitas vezes não favorece atividades de integração e envolvimento com conhecimentos prévios e da comunidade, além de problemas extrínsecos, como falta de tempo, questões de saúde e dificuldades, inclusive financeiras. Além disso, a falta de acompanhamento pedagógico e de apoio institucional pode fragilizar o vínculo do aluno com o curso, levando à desistência. Nesse contexto, políticas que ofereçam suporte financeiro, pedagógico e emocional são fundamentais para promover a permanência e assegurar que os estudantes, especialmente os mais vulneráveis, concluem suas formações. Todos esses elementos são considerados no atendimento aos indígenas da Comunidade Pindoty.

Momentos presenciais (síncronos), mesmo em cursos a distância, são essenciais para estimular a troca de experiências e o sentimento de pertencimento, fatores que fortalecem a motivação e o compromisso dos estudantes com a formação acadêmica (Martins; Baptista, 2018). Ações pedagógicas, como suporte em aulas de campo e acompanhamento individualizado, permitem identificar desafios enfrentados pelos alunos e oferecer soluções personalizadas. Assim, quando os estudantes se sentem parte ativa do ambiente universitário e percebem incentivos reais, a certeza sobre a escolha do curso e a permanência no ensino superior se consolidam, contribuindo para uma educação mais equitativa e inclusiva._

Além do acesso, a permanência e o êxito no ensino superior para estudantes indígenas dependem de políticas institucionais inclusivas. Assim, o Programa Diversidade, apresenta uma estratégia importante ao oferecer bolsas de estudo integrais aos indígenas da comunidade, e são acompanhadas de um plano de trabalho individualizado, desenvolvido por um grupo de trabalho (GT) constituído por professores orientadores vinculados ao curso dos estudantes. A proposta vai além do suporte financeiro, focando no acompanhamento acadêmico e no sucesso dos estudantes durante a graduação. Inspirando-se em epistemologias diversas e na construção de "outras pedagogias", como salienta Arroyo (2019), o diálogo direto com a comunidade e a escuta das realidades locais tornam-se essenciais para compreender e respeitar os processos de ensino e

OS DESAFIOS DO ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA EM DIÁLOGO COM A CULTURA INDÍGENA

THE CHALLENGES OF ACCESS AND RETENTION IN DISTANCE HIGHER EDUCATION IN DIALOGUE WITH INDIGENOUS CULTURE

aprendizagem desses sujeitos, contribuindo para uma educação mais equitativa e culturalmente significativa.

Dentre as atividades regulares oferecidas nas disciplinas dos diferentes cursos de graduação, as aulas práticas disciplinares são uma ferramenta pedagógica essencial para relacionar teoria e prática, proporcionando aos estudantes uma experiência concreta e significativa do conteúdo abordado. No contexto do Projeto na Terra Indígena Mbyá Guarani, o desenvolvimento de atividades práticas de campo, desenvolvidas no próprio território, se destaca como um momento importante de presencialidade entre professores e alunos, após um período de interação mediada por TIDCs e práticas de sala de aula invertida (Valente, 2014). Nesse sentido, os estudantes recebem de forma prévia os roteiros e atividades que serão desenvolvidas em momento de interação presencial com o corpo docente. As atividades práticas são desenvolvidas sob orientação e supervisão da equipe de professores. Durante a aula de campo, além de possibilitar o diagnóstico da aprendizagem, ocorre a socialização entre os participantes e o planejamento de momentos futuros do curso. A vivência em espaços reais não apenas favorece a compreensão dos conteúdos, mas também incentiva o desenvolvimento de habilidades críticas e a formação de sujeitos mais conscientes e reflexivos.

Podemos considerar que o sucesso das aulas de campo, depende diretamente de um planejamento bem estruturado, que deve considerar a contextualização prévia do local e a definição clara dos objetivos pedagógicos, considerando nesse caso a região peridomiciliar dos estudantes indígenas. Como destaca Marfon (2010) apud Corrêa Filho (2015), o professor tem o papel de preparar os estudantes para a experiência, fornecendo informações relevantes sobre o local a ser visitado e as normas de conduta durante a atividade. Tais orientações são disponibilizadas através da disponibilização de roteiro com os protocolos das atividades e, template para entrega dos relatórios. Após a execução, a avaliação dos resultados deve ser tanto qualitativa quanto quantitativa, considerando o impacto no aprendizado, a motivação dos envolvidos e a conexão com os conteúdos curriculares.

Ainda considerando as atividades práticas, as particularidades de cada curso são mantidas e, as atividades adaptadas seguem o cronograma regular de ofertas. Os estudantes da comunidade, recebem todo o suporte de material e orientação para o desenvolvimento dos roteiros. No caso de Ciências Biológicas, foi disponibilizado para o estudante indígena, um Laboratório Portátil Individual (LPI) para que as atividades possam ser desenvolvidas através dos roteiros em suas práticas disciplinares, sempre considerando o campo local (Terra Indígena) como ambiente de coleta, observação e análise.

No Projeto, as intervenções práticas, através das atividades de campo supervisionadas têm se mostrado fundamentais para aproximar o processo de ensino da realidade vivida pelos estudantes, fortalecendo sua permanência no curso e assegurando o protagonismo no próprio aprendizado. Assim como, é importante frisar a importância de processos avaliativos adequados. Todas as avaliações são realizadas durante as visitas dos professores orientadores e, seguem as normas da instituição.

6 Conclusão

O presente estudo investigou a experiência da implementação de uma política institucional de diversidade étnico-racial em uma instituição de ensino superior privada no estado do Paraná, com foco na inclusão de estudantes indígenas. A análise da iniciativa "Diálogos Interculturais Aldeia

"Pindoty - Ilha da Cotinga" permitiu identificar avanços significativos, desafios e perspectivas para a educação superior indígena no Brasil.

A criação de um espaço de diálogo intercultural e a oferta de bolsas de estudo foram medidas cruciais para a inclusão de estudantes indígenas na instituição. No entanto, a pesquisa revelou a necessidade de um acompanhamento mais próximo dos estudantes, com a oferta de serviços de apoio pedagógico e psicológico, visando garantir a permanência e o sucesso acadêmico.

A experiência do projeto demonstra a importância de adaptar as metodologias de ensino às especificidades dos estudantes indígenas, valorizando seus conhecimentos ancestrais e promovendo a interação entre diferentes culturas. A utilização de recursos didáticos diversificados, como materiais impressos, aulas gravadas e atividades presenciais, mostrou-se eficaz para superar as barreiras impostas pela distância e pela falta de infraestrutura.

No entanto, a pesquisa também evidenciou desafios como a necessidade de ampliar o acesso à internet e à energia elétrica nas comunidades indígenas, bem como a importância de fortalecer a formação dos professores para atuarem em contextos interculturais. Além disso, a construção de políticas públicas mais efetivas para a educação indígena é fundamental para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes no ensino superior.

Em suma, a inclusão de estudantes indígenas na educação superior é um processo complexo e desafiador, que exige a articulação de diversas ações e atores. É fundamental que as instituições de ensino superior se comprometam com a promoção da diversidade étnico-racial, oferecendo um ensino de qualidade e adaptado às necessidades dos estudantes indígenas.

A experiência da instituição com a inclusão de estudantes indígenas demonstra a importância de políticas afirmativas e de ações pedagógicas inovadoras para promover a diversidade e a equidade na educação superior. Ao superar os desafios e construir um ambiente de aprendizagem inclusivo, as instituições de ensino podem contribuir para a valorização das culturas indígenas e no constructo de uma sociedade justa e democrática.

Referências

ARRUDA, M. A. A; ARRUDA, R. G; SANTOS, M. E. A. Educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências Biológicas: uma pedagogia decolonial da branquitude. *Revista Educação e Emancipação*. São Luiz, v. 16, n.3, p. 470-498, 2023.

BANIWA, Gersem Luciano. A PEDAGOGIA DA RESILIÊNCIA INDÍGENA EM TEMPOS DE PANDEMIA. disponível em: v. 30 (2021): Revista de Educação Pública, v. 30 jan./dez. 2021 Acesso em 18 de Dezembro de 2024.

BONETI, L. W.; GISI, M. L.; FILIPAK, S. T. Do direito à Educação Superior ao desafio do acesso para todos. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 13, n. 39, p. 521-540, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2013000200004&script=sci_abstract&tlang=en. Acesso em: 08 abr. 2024.

OS DESAFIOS DO ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA EM DIÁLOGO COM A CULTURA INDÍGENA

THE CHALLENGES OF ACCESS AND RETENTION IN DISTANCE HIGHER EDUCATION IN DIALOGUE WITH INDIGENOUS CULTURE

GUAJAJARA, Sônia. Para nós, cultura é tudo que somos, é nosso modo de vida e também sinônimo de “luta” Associação Cultural Nonada Jornalismo. Disponível em: - <https://www.nonada.com.br/2023/01/sonia-guajajara-para-nos-cultura-e-tudo-que-somos-e-nosso-modo-de-vida-e-tambem-sinonimo-de-luta/>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

MARÇAL, J. A. ; LIMA. S. M. A. Educação escolar das relações étnico- raciais: história Afro- Brasileira e indígena no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2015.

MARTINS, V.; BAPTISTA, A. A Afetividade na Educação Online: Percursos e Possibilidades. EaD em Foco, [S. I.], v. 8, n. 1, 2018. DOI: 10.18264/eadf.v8i1.639. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/639>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MARTINS, L. M. de; RIBEIRO, J. L. D. Engajamento do estudante no ensino superior como indicador de avaliação. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 22, p. 223-247, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/VD7hTdfYbHCZNKxzTNfHSYk/?lang=pt>. Acesso em: 08 abr. 2024.

KAMBEBA, Márcia Wayna. O Lugar do Saber. São Leopoldo: Casa Leria, 2020.

VALENTE, J. A.. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. Educar em Revista, n. spe4, p. 79–97, 2014.